

RESENHAS

OFFE, Claus. *Modernity and the State: East, West (Studies in Contemporary German Social Thought)*. Massachusetts, The MIT Press, 1996. (ISBN 0262150468; *hardcover*: US\$ 36,00; *paperback*: US\$ 18,00).

MODERNIDADE E ESTADO CAPITALISTA

Marcus André Melo
Universidade Federal de Pernambuco

Este livro reúne parte da produção teórica de Claus Offe entre 1987 e 1994. Parte do material é inédito em outras línguas que não a alemã, e um dos artigos mais instigantes do livro — “A democracia contra o Estado de bem-estar social” — já foi publicado em português na revista *Novos Estudos Cebrap*. Offe representa um dos autores mais significativos da renovação das análises marxistas na década de setenta. Junto com Göran Therborn, Ian Gough, Perry Anderson, Erik Olin Wright e outros, representou uma das alternativas à hegemonia, sobretudo francesa, nesse movimento de *revival* do marxismo, que se distinguiram tanto por um certo ecletismo, quanto pelas fortes influências recebidas de fora dessa tradição. No caso específico de Offe, essa influência vinha sobretudo da Teoria dos Sistemas (bebida na fonte e via Niklas Luhman), da sociologia anglo-saxônica e de Weber. A principal contribuição de Offe consistiu na discussão da natureza do Estado capitalista, a qual ele analisava com referência à idéia (particularmente cara à teoria dos sistemas) de “seletividade estrutural”, de dependência estrutural do Estado em relação à acumulação, e de desequilíbrio tendencial das funções de acumulação e legitimação do Estado no capitalismo tardio (pensado com fortes matizes weberianas). Os temas tratados em *Modernity and the State* mantêm uma sutil continuidade com essa discussão anterior, mas, no entanto, estão livres da moldura economicista e teleológica que informava sua argumentação. Abandonando o paradigma marxista e seu projeto meta-disciplinar, a análise de Offe é disciplinarmente sociológica - mais especificamente, pode-se dizer de sociologia política -, e não especificamente de ciência política, no sentido em que a disciplina tem se institucionalizado.

Os textos do livro estão agrupados em quatro partes. Na primeira, dois ensaios discutem a questão da modernidade e suas implicações para a teoria democrática. A modernidade é pensada em termos weberianos enquanto simultaneamente emancipadora e negadora das liberdades. A tensão entre processos que ao mesmo tempo em que se expandem em uma determinada direção engendram as condições de sua destruição é um tema caro à tradição marxista. No caso das análises do autor a respeito da tensão entre operação do mercado e os problemas de legitimação que produzem, a referência clara é Weber. A “retórica”, no sentido hirschmaniano, ou a estrutura da argumentação offeana, desde seus textos da década de setenta, está ancorada na explicitação dessas tensões. A questão da modernidade é pensada em termos da fragmentação dos atores coletivos, dissolução de identidades coletivas, localismo e cinismo cívico. Como pensar os atores coletivos tradicionais — partidos, sindicatos — em um quadro em que, na mesma coorte, há mais estudantes universitários que operários industriais, mais desempregados do que trabalhadores rurais, mais pensionistas da previdência social do que *blue collar workers*? Tais grupos têm a sua identidade definida por serem populações-meta de políticas públicas — que são voláteis e objeto de ação administrativa — mais do que por seu lugar na divisão social do trabalho e “por condições objetivas associadas à sua comunalidade de destino social”. Por outro lado, o “disseminado culto da diferença leva atores individuais a acreditar que os outros atores lhes são insuficientemente similares para valer a pena agregar forças para a formação de atores coletivos robustos, duráveis e de grande amplitude”. Esses são os desafios da modernidade.

A parte II — intitulada “Teoria do Estado: continuidades e reorientações” — reúne ensaios em torno do tema da reforma do Estado, do debate a respeito da desregulamentação do Estado e da ortodoxia pró-reforma. Para Offe, a agenda do “Estado mínimo” é, paradoxalmente, uma agenda intervencionista. A questão que o autor procura responder é: “sob que condições parcelas importantes da população acham politicamente aceitável abandonar o modelo de racionalidade associada à política regulatória, a despeito das perdas que possam incorrer em termos de segurança, bem-estar e justiça distributiva”? A resposta está nos crescentes problemas de legitimação das políticas regulatórias. Vários fatores contribuem para isso. Para Offe, quanto mais heterogênea,

individualizada e diferenciada a estrutura social e normativa, mais os interesses na regulação passam a ser “minoritários” e de grupos cada vez mais reduzidos. A pluralização dessas estruturas e a correspondente multiplicação de critérios de julgamento na questão da regulação de questões econômicas e sociais é de quais parâmetros devem ser utilizados. No limite, como cada critério neutraliza o outro, emerge apenas um consenso negativo de que é melhor renunciar à regulação. Por outro lado, tais critérios têm sido crescentemente fornecidos em bases profissionais e por especialistas: economistas, médicos, cientistas, entre muitos outros. Tais critérios não estão ancorados em uma base normativa fornecida por uma tradição qualquer ou outra fonte de legitimidade tradicional e, conseqüentemente, passam a ser assimilados a grupos corporativos. E mais: os atores coletivos que fornecem esses critérios — associações profissionais e sindicais — têm assistido a uma erosão de sua legitimidade. Por outro lado, a adoção de critérios regulatórios ao longo do tempo — a definição de normas mínimas (de poluição, de regulação do local de trabalho, por exemplo) — leva a uma crescente erosão da capacidade de julgamento moral, inovação e reflexão pelos cidadãos em áreas onde as normas e regulamentos ainda não existem e que, exatamente por isso, a auto-regulação por parte dos indivíduos se faz mais necessária. Por não estarem ancoradas em valores partilhados, as normas regulatórias passam a ser objeto de manipulação estratégica por parte dos cidadãos — como, por exemplo, no caso limite em que um cidadão confronta o benefício individual de sua infração da norma com o custo da sanção (multa) que lhe é imposta. A estrutura moral da regulação não pode ser criada administrativamente: “a base dessas normas e valores não pode ser criada pelas políticas. Ela pode apenas ser mantida e assegurada porque radicam nas estruturas associativas e tradições culturais da sociedade civil” (p. 85). Resta apenas os instrumentos de persuasão moral e ação comunicativa. Nesse sentido, a regulação estatal da vida social e econômica depara-se com o crescente problema de que sua expansão subverte e anula a sua eficácia e legitimidade social. No limite, as forças que impelem à regulação produzem simultaneamente a sua negação. A questão da base moral da sociedade é retomada, em uma discussão mais ampla, em seus trabalhos mais recentes em que pergunta: “É concebível que o ‘capital social’ da confiança e das relações cívicas cooperativas possa ser estimulado, adquirido e produzido - e não apenas herdado?” (OFFE, 1997).

A terceira parte do livro reúne cinco ensaios sobre política social e o *welfare state*. Um desses ensaios é uma defesa intransigente da uma renda mínima para todos os cidadãos em um quadro de esgotamento da sociedade do trabalho. O problema do trabalho no capitalismo tardio é um tema central da análise offeana desde sua tese de doutorado sobre o assunto em 1972. Na década de noventa observa-se uma inflexão importante. O princípio do seguro que informa a construção do *welfare state* entra em crise a partir do momento em que as situações que se constituem em riscos individuais ou sociais perdem o caráter de risco e, como é o caso da Europa nos últimos dez anos, assumem um caráter permanente. Essa é a questão central posta pela realidade do desemprego de longa duração (em oposição ao desemprego friccional de curto prazo gerado pelo progresso técnico) na Europa contemporânea. O tempo médio de desemprego atingiu nos anos noventa valores sem precedentes, de tal forma que o desemprego parece ter deixado de ser um estágio transitório para se converter em um estado permanente para amplos segmentos da população. Mais relevante do ponto de vista estrutural é a exclusão de massas consideráveis de jovens do mercado de trabalho. O percentual de jovens que nunca participaram do mercado de trabalho tem atingido não só valores alarmantes mas, mais significativamente, é crescente para a maioria dos países europeus. A questão social se converteu, portanto, numa questão de reinserção dos excluídos da nova ordem social gerada pela reconversão produtiva.

Recentemente, várias propostas têm sido avançadas no sentido de se redefinir os vínculos entre mercado de trabalho e bem-estar social, seja através de programas de renda mínima (conhecidos como *citizen's wage*, *allocation universelle* ou *basic income*), ou até como imposto de renda negativo (tal como proposto por Milton Friedman). O *welfare state* foi construído a partir de nexos entre o trabalho remunerado e bens e serviços sociais. Este trabalho pode tomar a forma de trabalho presente (auxílios à família; assistência médica previdenciária), trabalho passado (pensões e aposentadorias; seguro desemprego) e trabalho futuro ou predisposição para trabalhar (programas de emprego mínimo, emprego em serviços sociais e a maioria de esquemas de seguro desemprego). A proposta de renda mínima para todos independentemente do nível de ingresso — que substituiria os mecanismos existentes de política social — coloca em xeque a noção intuitiva da obrigação (no limite, *compulsão*) ao trabalho como fonte de renda. A base ética da proposta reside no fato incontestável de que o mercado de trabalho exclui permanentemente uma importante parte da comunidade. Do ponto de vista operativo, tais propostas buscam superar os problemas clássicos produzidos por esquemas focalizados (*poverty trap* ou *unemployment trap*), típicos de esquemas residualísticos de política social.

A última parte do livro contém dois ensaios sobre o Leste Europeu que é objeto do último livro do autor

(juntamente com Ulrich Preuss e Jon Elster), lançado esse ano pela Cambridge University Press (cf. ELSTER, OFFE e PREUSS, 1997). Embora seja impossível reproduzir o argumento geral, Offe acredita que o sucesso da tripla transição nesses países (no regime de propriedade, na economia e na política) dependerá do grau em que se possa domar “os moinhos satânicos” (Polanyi) do mercado de trabalho e ancorar a nova economia de mercado em estruturas de bem-estar social.

A tradução do alemão para o inglês, talvez por fidelidade máxima ao original, está repleta de expressões esdrúxulas em inglês (e que soam como tal se traduzidas literalmente também para o português). Assim o livro contém inúmeras referências ao debate sócio-científico (“social-scientific” (*sic*)), à política regulativa (*regulative* ao invés de *regulatory*) e assim por diante. Mas deve haver quem prefira dessa forma.

Recebido para publicação em novembro de 1997.

Marcus André Melo (mmelo@elogica.com.br) é Doutor em Ciência Política (Universidade de Sussex) e Professor do Programa de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELSTER, J., OFFE, C. & PREUSS, U. K. (1997). *Institutional Design in Post-Communist Societies: Rebuilding the Ship at Sea (Theories of Institutional Design)*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OFFE, C. (1997). *How Can We Trust Our Fellow Citizens?*. Paper apresentado no XVII World Congress of IPSA. Seul, Coréia, 17-20 de agosto.

* * *